

REQUERIMENTO Nº , de 2005

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos que arrola no que diz respeito à corrupção de agente público lotado na Casa Civil da Presidência da República.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão parlamentar de inquérito, composta por onze Senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos:

1º) o envolvimento do Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz da Silva, em esquema de corrupção relacionado com jogos clandestinos;

2º) a extensão do envolvimento do Subchefe da Casa Civil para Assuntos Parlamentares em fatos relacionados com tráfico de influência

e corrupção ativa no uso de seu cargo público, com o possível envolvimento de outras pessoas.

As despesas dos trabalhos da presente comissão parlamentar de inquérito ficam orçadas em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa brasileira tem estampado insistentemente desde junho do ano de 2003, o envolvimento do Subchefe da Casa Civil, Waldomiro Diniz da Silva, em esquema de corrupção ativa e tráfico de influência relacionada à defesa do jogo clandestino no Brasil, principalmente as chamadas máquinas caça-níqueis. Agora, ficou demonstrado que realmente o supracitado servidor participou intensamente de um esquema para beneficiar o jogo clandestino, tradicional aliado do crime organizado no Brasil.

A Gravidade dos fatos é chocante. Desde a CPI do PC Farias não ocorria um fato político de tamanha relevância. Dado o envolvimento direto de funcionário da Presidência da República, somente uma CPI terá capacidade de investigar a fundo o esquema de corrupção. Além do mais, para a própria preservação das instituições, o Congresso Nacional, mais especificamente o Senado Federal não poderá furtar-se a sua missão institucional de preservação das instituições republicanas. As denúncias, agora comprovadas, apontam para o desvio de milhões de

reais, elencando uma diversidade de crimes como: fraude a licitação, tráfico de influência, improbidade administrativa, corrupção ativa, advocacia administrativa. Muitos outros tipos legais deverão surgir no decorrer das investigações.

Dada a complexidade da ação do servidor Waldomiro Diniz, com certeza, novos personagens serão adicionados ao processo na medida em que a CPI desenvolva os seus trabalhos.

A imprensa já tinha apresentado a interferência que o supracitado servidor buscava ter em várias áreas do Governo Federal:

A renovação do contrato de US\$ 130 milhões entre a Caixa e a Gtech, multinacional que controla as loterias, teria sido acertada na reunião secreta de 13 de fevereiro, no Hotel Blue Tree Park, em Brasília, entre o presidente da empresa, Marcelo Roval e, Waldomiro Diniz, homem de confiança do ministro José Dirceu. As relações entre Diniz e a Gtech ganharam dimensão de escândalo.

Destaca-se também o forte relacionamento entre Waldomiro Diniz e o Chefe da Casa Civil:

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, negou envolvimento de seu assessor parlamentar, Waldomiro Diniz, em denúncias de desvio de recursos da Loterj e envolvimento com a máfia do jogo clandestino, segundo reportagem publicada pela revista “Isto É”, em edição do início do ano passado.

